

ARMANDO SEIXAS FERREIRA

# 1821

## O REGRESSO DO REI

A Viagem de D. João VI  
e a Chegada da Corte  
a Portugal

 Planeta

## Índice

Prólogo .....	9
Capítulo I – 26 de abril de 1821. Partida do Rio de Janeiro	
para Lisboa .....	17
Os ataques corsários .....	24
Construção da nau <i>D. João VI</i> .....	31
As aguarelas de Franz Joseph Frühbeck .....	37
Capítulo II – Morte de Napoleão na ilha de Santa Helena .....	47
D. João concede uma audiência a Junot antes da partida para o Brasil .....	60
O desembarque da corte no Brasil .....	70
Portugal declara guerra à França .....	81
O álbum de campanha do capitão Manuel Isidro da Paz .....	86
Capítulo III – Aniversário de el-rei em alto-mar .....	95
Perfil de D. João VI e a vida da corte .....	100
As infidelidades de D. Carlota Joaquina .....	108
Um retrato raro do príncipe do Brasil .....	110
D. Carlota Joaquina sonha ser rainha de Espanha na América ..	120
Aclamação de D. João VI no Rio de Janeiro .....	127

Capítulo IV – Vida e disciplina nos navios da Armada Real . . . . .	131
Os combates no mar . . . . .	141
Penas e castigos . . . . .	145
Capítulo V – Preocupações a bordo com a chegada do rei a Portugal . . . . .	149
Motim militar no Rio de Janeiro altera os planos do rei . . . . .	156
Tentativa de reabastecimento da esquadra nos Açores . . . . .	169
Capítulo VI – 3 de julho de 1821. Chegada da corte a Lisboa . . . . .	179
D. João VI recebido como um herói pelos portugueses . . . . .	187
O rei comunica o sucesso da viagem a D. Pedro . . . . .	197
Capítulo VII – A independência do Brasil . . . . .	205
As Cortes ordenam o regresso de D. Pedro a Portugal . . . . .	212
O príncipe desobedece e fica no Rio de Janeiro . . . . .	219
Nau <i>D. João VI</i> no Brasil para transportar D. Pedro até Portugal . . . . .	224
O Grito do Ipiranga . . . . .	234
Capítulo VIII – O fim do reinado . . . . .	243
Conspirações de D. Carlota Joaquina e do infante D. Miguel . . . . .	248
Corpo diplomático resgata D. João VI . . . . .	263
D. João quer expulsar a rainha de Portugal e escreve a Fernando VII, seu cunhado . . . . .	272
Portugal reconhece a independência do Brasil . . . . .	277
Notas . . . . .	285
Bibliografia . . . . .	311

## Prólogo

A viagem de regresso da família real a Lisboa é um acontecimento histórico de grande importância porque assinala o fim de quase catorze anos de presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, período fascinante que antecede a independência do Brasil. Há precisamente duzentos anos, uma esquadra de doze navios transportou entre três a quatro mil pessoas para Portugal. A expedição aconteceu entre 26 de abril e 3 de julho de 1821, e foi liderada pela nau *D. João VI*.

Durante as guerras napoleónicas, o príncipe regente D. João desempenhou um papel crucial quando a soberania do reino foi seriamente ameaçada e o país corria o risco desaparecer. A transferência da corte e a fundação de um novo império nas Américas marcam para sempre a história de Portugal e do Brasil. Porém, a imagem que nos chegou de D. João VI está bastante deturpada e não corresponde, na grande maioria dos casos, à verdade. Enquanto o imperador dos franceses é visto como um conquistador, o rei de Portugal foi acusado de ter fugido para o Brasil, em vez de enfrentar os exércitos invasores. Esta visão redutora da política do filho da rainha D. Maria I é profundamente injusta e que importa rebater em nome da veracidade dos factos.

De olhar tímido e fisionomia invulgar, D. João é, à primeira vista, a antítese de Napoleão, o ambicioso primeiro cônsul que ansiava dominar a Europa à custa dos ideais da Revolução Francesa. Podemos ver as diferenças nos seus retratos a óleo. Apesar da baixa estatura,

Bonaparte fita o espetador numa pose triunfante, contrastando com o ar tímido de D. João. O príncipe do Brasil era misterioso e apresentava feições peculiares. Lábio inferior saliente e, nos últimos anos de vida, cada vez mais obeso. Estes atributos físicos contribuíram para denegrir a sua imagem ao longo dos tempos.

A consulta de fontes coevas permite seguir outra abordagem e compreender a astúcia de D. João, quando teve que tomar a decisão firme e enérgica de embarcar a corte para o Rio de Janeiro. Essa ideia de fuga, aliás, foi amplamente difundida pelos franceses na época, para justificar o fracasso na captura da família real.

No início de oitocentos, o Brasil era parte de Portugal. Ao transferir a sede da monarquia para o hemisfério sul, o regente dava uma lição de estratégia a Bonaparte. O imperador dos franceses nunca imaginou que aquele príncipe medroso, como era tratado nos jornais franceses, tivesse o descaramento e a coragem para desafiar o temível Napoleão.

O regente teve uma infância feliz nos jardins bucólicos dos palácios da Ajuda, Mafra e Queluz. Gostava de ouvir música de igreja e de montar a cavalo com o irmão. Os contratempos começaram aos 18 anos. Viveu um casamento traumático com infanta espanhola D. Carlota Joaquina. Foi surpreendido pela morte do irmão mais velho, o príncipe D. José, e assistiu à doença mental da mãe, a rainha D. Maria I, tendo sido obrigado a assumir a rédeas do governo com pouco mais de 20 anos.

Em 1801, Portugal foi invadido por Espanha e ameaçado pela França devido à sua aliança com a Inglaterra. É neste contexto difícil que D. João inicia uma política incerta, tentando agradar a todos. Pedro Calmon dá-nos vários exemplos: «D. João mais inteligente do que se julga encarnava a duplicidade.»<sup>1</sup> O príncipe negociava ao mesmo tempo com franceses e ingleses. «Ganhara tempo. Os ingleses o assustavam, mas o garantiam. E reinava.»<sup>2</sup> No livro *Portugal nas Guerras Europeias*, Fidelino de Figueiredo escreve: «O regente D. João, fugindo para o Brasil, deu um passo pouco decoroso, onde, por maior, que seja a complacência do apreciador, não se pode encontrar grande quinhão de brio, mas temos de reconhecer que chegadas as coisas a tal ponto, era a única solução a adotar por ser também a única que algum benefício poderia produzir.»<sup>3</sup>

Ameaçado pelos exércitos napoleónicos, o príncipe agiu com o único objetivo de garantir a sobrevivência do reino. Não se deixou aprisionar, mantendo viva a nação portuguesa no outro lado do Atlântico. «É muito mais justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente manobra política de que uma deserção covarde»<sup>4</sup>, conclui Oliveira Lima. O príncipe regente ouvia atentamente os conselheiros, mas reservava a decisão final só para si, ao contrário do avô, D. José, que delegou o poder absoluto no Marquês de Pombal.

D. João conseguiu dissimular sempre o que pretendia fazer, adiando decisões até ao último segundo. Quando tudo parecia perdido, aventurou-se com quinze mil pessoas no oceano, qual Arca de Noé debaixo de uma terrível tempestade. Se a esquadra naufragasse, seria o fim da dinastia e, possivelmente, de Portugal como hoje o conhecemos.

No dia 27 de novembro de 1807, o embarque da família real para o Brasil aconteceu em condições dramáticas. Após dois dias de incerteza por causa de ventos contrários, os navios fizeram-se ao mar, escoltados pela marinha britânica. A corte escapava ao inimigo. Poucas horas depois, os soldados franceses entravam em Lisboa para prender o príncipe.

O séquito real foi recebido em festa pelos baianos e pelos habitantes do Rio de Janeiro. No Brasil, Portugal declara guerra à França e invade a Guiana. Em simultâneo, D. Carlota Joaquina sonha ser rainha das colónias espanholas nas Américas. A partir do Rio de Janeiro, D. João organiza uma resistência heroica com os aliados ingleses para libertar a Europa das garras da águia imperial. Como o próprio Napoleão admitiu nas suas memórias na ilha de Santa Helena: «Foi ali que me perdi»<sup>5</sup>, referindo-se aos insucessos das armas francesas na península, até à capitulação na batalha de Waterloo.

A sul do equador, D. João revela-se um grande estratega político do seu tempo. Em finais de 1815, eleva a colónia a reino, transformando o Brasil num país. O Rio de Janeiro passa a ser a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A rainha D. Maria I morre em 1816. A ocupação de Montevideu e a revolta separatista de Pernambuco adiam a aclamação de D. João VI.

A espetacular cerimónia só acontece no dia 6 de fevereiro de 1818. Era a primeira vez que um rei europeu subia ao trono no continente americano. Os cariocas nunca tinham vivido nada assim. O Brasil retirava vantagens da permanência da corte e prosperava, ao contrário da antiga metrópole, que empobrecia.

Os portugueses estavam descontentes com o domínio inglês e desejavam que o rei regressasse a Lisboa. D. João foi protelando a partida. Sabia que a viagem podia significar a separação dos dois estados. Em 1820, estalou uma revolta liberal no Porto, precipitando os acontecimentos. O soberano ainda pensou enviar o filho para acalmar os Constitucionais. Mas os tumultos no Rio de Janeiro, ocorridos em fevereiro e abril de 1821, convenceram D. João VI a regressar. A anexação da província Cisplatina (Uruguai) foi o último ato da governação do monarca no Brasil.

A partida da corte para a Portugal acontece no dia 26 de abril de 1821. No Rio de Janeiro ficava o príncipe D. Pedro com amplos poderes. Quando se despediu do filho, D. João teve um pressentimento: «Ante-vejo que o Brasil não tardará a separar-se de Portugal. Neste caso, antes quero que tomes a coroa para ti do que vê-la passar da Casa de Bragança para as mãos de algum aventureiro.»<sup>6</sup>

Comovido, o rei embarcou no navio-almirante batizado com o seu nome. Construída em Lisboa, a nau *D. João VI* transportou, em 1817, a arquiduquesa D. Leopoldina de Áustria para casar com o príncipe D. Pedro, no Rio de Janeiro.

D. João regressava vitorioso à Europa, mas carregado de apreensões. Não sabia como seria recebido pelos revolucionários portugueses que lhe impunham uma Constituição.

Curiosamente, esta travessia do oceano tem lugar na mesma altura em que Napoleão Bonaparte agonizava em cativeiro. A 5 de maio, o antigo imperador francês dava o último suspiro na ilha de Santa Helena, no meio do Atlântico. Não muito longe da rota que o rei D. João VI escolheu para fazer o regresso a Lisboa.

Ao longo dos 68 dias sem escalas foram percorridas cerca de 6500 milhas náuticas. A profecia em torno do regresso do rei D. Sebastião

parecia realizar-se. Nunca um rei de Portugal foi tão desejado pelo povo, desde a batalha de Alcácer Quibir.

Passam agora dois séculos do momento em que a família real voltou a pisar o cais das colunas no rio Tejo. Pouco conhecida entre nós, mas não menos interessante, o regresso de D. João VI encerra uma página épica da história que culmina com o reconhecimento da independência do Brasil.

A narrativa que se segue não é uma ficção. Trata-se de um relato factual do retorno da corte a Lisboa, em 1821, e as implicações que conduziram à separação do Brasil em 1822. Ao contrário da viagem de ida, amplamente estudada, o regresso de D. João VI a Portugal continua por aprofundar.

O que aconteceu durante os cerca de dois meses e meio de viagem no Atlântico? Como era a vida a bordo num navio de guerra do século XIX? Quais as consequências políticas desta expedição?

Além do relato desta jornada, serão analisados os episódios mais marcantes do atribulado reinado de D. João VI, nomeadamente a vida em terras de Vera Cruz.

Esta investigação incluiu a consulta de fontes inéditas e uma extensa bibliografia com testemunhos valiosos dos principais intervenientes. A leitura minuciosa dos diários náuticos do brigue *Reino Unido* e da corveta *Voador* permitem-nos reconstituir com rigor a rota entre o porto do Rio de Janeiro e a cidade de Lisboa. Os dois navios integraram o comboio naval que escoltou a corte. Nessas páginas estão outros elementos relacionados com o estado do mar, o vento e a sinalização, bem como os acontecimentos mais relevantes da vida a bordo, incluindo avistamentos de terra, o contacto com outros barcos e a posição geográfica das embarcações.

Documentos manuscritos, assinados a bordo da nau *D. João VI*, revelam pormenores até hoje desconhecidos. Esses conteúdos serão publicados, pela primeira vez, neste livro. O contacto direto com as palavras exatas escritas nos diários, cartas, livros e jornais permitirá conhecer melhor o carácter dos personagens e o ambiente agitado desta época. Em alguns casos, a pontuação e o português dos séculos XVIII



e XIX foram modernizados para não quebrar o ritmo de leitura. A opção de citar alguns documentos na íntegra deve-se à relevância da informação. O brigue *Reino Unido* e a corveta *Voador* perseguiram embarcações suspeitas de pirataria. O rei celebrou o aniversário no mar. A dada altura, os conselheiros colocaram a hipótese da corte se asilar num país aliado, caso a receção em Lisboa não fosse amigável. Nos Açores, um temporal impediu o desembarque para refrescamentos.

A experiência de repórter de televisão permitiu-me embarcar em navios de todas as classes das principais marinhas do mundo e conhecer as rotinas dos marinheiros. Em 2003, fui enviado especial no porta-aviões norte-americano *USS Theodore Roosevelt* durante a guerra do Iraque. Em dois séculos, as condições de vida a bordo mudaram radicalmente, mas o poder naval de uma boa marinha continua a ser decisivo para decidir um conflito.

Nos últimos anos, percebi que podemos usar as técnicas de investigação e narração jornalísticas ao serviço da História. É perfeitamente possível descobrir factos novos em documentação com mais de duzentos anos. O Arquivo Histórico da Marinha e a Torre do Tombo contêm muitas fontes por explorar. Inúmeras obras foram digitalizadas e estão ao alcance de todos através da Internet, democratizando a pesquisa. Outros documentos estão armazenados nas prateleiras dos arquivos à espera de serem estudados. É o caso dos diários de bordo da viagem de regresso da corte a Portugal que nunca tinham sido pesquisados detalhadamente. São esses mesmos diários que foram usados pelos oficiais que realizaram a travessia entre Brasil e Portugal, cujas páginas ainda estão salpicadas pelo sal do mar, à medida que eram folheados. Estas fontes permitem saber o que aconteceu durante esta travessia do Atlântico. Decifrar o conteúdo dos manuscritos em português do século XIX constituiu o maior desafio. A dificuldade dessa tarefa rapidamente se transforma em excitação quando se lê algo pela primeira vez e se dá a descoberta.

Na verdade, este livro nasce da conjugação de três fatores: o interesse do autor pelo período joanino, o conteúdo dos referidos diários náuticos e a existência das aguarelas de Franz Joseph Frühbeck.<sup>7</sup> O pintor

austriaco fez a viagem entre a Europa e o Brasil a bordo da nau *D. João VI*, em 1817. O artista documentou com o seu pincel atrevido a atmosfera num navio de guerra da Armada Real. Daqui surgiu a ideia de narrar esta autêntica odisséia que foi a vida do rei D. João VI, usando os diários de bordo como fio condutor.

A publicação deste livro coincide com o bicentenário do regresso da corte a Portugal, em 2021, e os duzentos anos da independência do Brasil, em 2022. É uma oportunidade para lançar um novo olhar sobre a história, reabilitando a imagem deste soberano que viveu quase sempre no meio do perigo. Em 1825, o rei fez as pazes com o primogénito, o imperador D. Pedro, reconhecendo a independência do Brasil. Um país que amou de verdade.



## Capítulo I

### **26 de abril de 1821** **Partida do Rio de Janeiro para Lisboa**

Sentado à secretária no pequeno camarote do brigue, o segundo-tenente, José Alemão de Mendonça Cisneros e Faria, escreve as primeiras linhas no diário de bordo: «No dia 26 de abril de 1821, estando surto a um ferro no porto do Rio de Janeiro tempo claro, vento NE [nordeste] bonança maré de vazio: às 6 h 30' da manhã, tendo a nau *D. João 6.º* largado o pano, principiámos a suspender, tendo a nau largado da amarração às 7 h, pusemos a pique, tendo-se largado gáveas [três velas do mastro grande] e depois pusemos o ferro em cima e seguimos mareados demandando a barra.»<sup>8</sup>

O jovem oficial do brigue de guerra *Reino Unido* veste um impecável uniforme azul e branco típico da Armada Real. Encharca a pena de ganso no tinteiro, descrevendo com uma letra fina e elegante a azáfama do porto no dia da partida: «Salvaram as fortalezas, e embarcações estrangeiras com 21 tiros [salva real], a que respondeu a fragata *União*; às 8 h e 15' estávamos entre as fortalezas de Santa Cruz e Lage, e às 8 h e 40' fora da barra, fazendo força de vela para nos reunirmos na formatura ordenada aos navios que compõem a esquadra que conduz as Suas Majestades e Altezas para Lisboa.»<sup>9</sup> Um cheiro intenso a pólvora misturou-se com a maresia, emprestando àquela cena a sensação de início de uma batalha naval.

Armado com 22 bocas de fogo e uma guarnição de 116 marinheiros, o brigue *Reino Unido* era um veleiro de dois mastros redondos e 24

metros de comprimento, navegava perto do navio-almirante, *D. João VI*, que transportava a família real. O brigue tinha o apoio da corveta *Voador*. Sensivelmente maior em comprimento, este outro veleiro tinha 24 canhões e 172 homens a bordo. Em 1809, havia participado na brilhante tomada da Guiana aos franceses, em resposta às invasões napoleónicas. As qualidades náuticas desta embarcação provocavam espanto e admiração. «Mas em que marinha do mundo se viu um brigue mais fino que a corveta *Voador*?»<sup>10</sup>

Na hora da partida, António Ricardo Graça, segundo-tenente da corveta, regista as intensas manobras com o velame do navio: «Gáveas, joanetes e traquete, bom tempo, navegando na popa da nau *D. João 6º* e tendo a vista dos navios do comboio.» Este oficial assistiu à passagem de D. Pedro e D. Leopoldina em direção do cais: «Às 10 horas passou a galeota com o príncipe e a princesa real que tinha vindo ao bota-fora da nau chefe.»<sup>11</sup> Ao todo, a esquadra era composta por doze navios. O sobe e desce dos marinheiros nas enxárcias (cabos dos dois bordos do navio que seguram e dão acesso aos mastros e os mastaréus) revelava o empenho a bordo.

O embarque da rainha D. Carlota Joaquina aconteceu no dia 25 de abril, data do seu aniversário. Uma gravura do pintor francês Jean-Baptiste Debret mostra a rampa de acesso ao mar. Um escaler transporta a rainha, as filhas e o seu camareiro para a *D. João VI*, que se reconhece pela popa. O povo e as damas de companhia acenam para a embarcação a remos que se afasta. A rainha tinha uma forte personalidade e nunca se acostumou aos ares do Brasil. Antes de embarcar terá afirmado: «Finalmente vou voltar a uma terra habitada por homens.»<sup>12</sup>

Existem relatos de que o rei e a restante família real embarcaram no mesmo dia. Contudo, Debret, que andava sempre bem informado, diz que D. João só subiu à nau na manhã seguinte, longe das atenções do povo. Saiu do palácio numa carruagem, acompanhado pelo filho, o infante D. Miguel, e da filha mais velha, D. Maria Teresa. O pequeno neto D. Sebastião também devia ir neste grupo. O príncipe herdeiro, que ficava no Brasil, estava na nau para receber o soberano. D. Pedro

só deixou a companhia do pai quando a embarcação estava prestes a sair do porto. Não se voltariam a ver.

D. João despedia-se em lágrimas após longa permanência no Brasil. Na capital carioca terá vivido os anos mais felizes da sua vida. Acarinhado pelo povo, passava a maior parte do tempo no recato do palácio na Quinta da Boa Vista, também conhecida por São Cristóvão. Os reais aposentos lembram o Palácio da Ajuda em ponto pequeno. São servidos por generosos jardins com altas palmeiras e uma vista linda para o Corcovado. Até ao terrível incêndio de 2018, os salões da Boa Vista conservavam intacto o recheio deixado pela corte. Desde o mobiliário às obras de arte, incluindo retratos da família real. O soberano apreciava a frescura e os aromas do jardim botânico, inaugurado depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro em 1808. Com frequência, D. João dirigia-se ao paço real no centro da cidade para governar. Gostava de descansar no retiro de Santa Cruz e na ilha do Governador, onde passava temporadas para fugir ao calor tropical.

Luís Joaquim dos Santos Marrocos fez a viagem entre Lisboa e o Rio de Janeiro em 1811. Este português estava à beira dos 30 anos quando foi para o Brasil. Queria subir na vida numa altura em que Portugal estava a braços com a Guerra Peninsular. Acompanhou a segunda remessa geral de livros da Biblioteca da Ajuda para a Casa Real. Em 1811, escreve ao pai que havia ficado na capital: «Sua Alteza Real tem estado há dias na ilha do Governador, divertindo-se, e gozando do belo ar, que estes políticos modernos lhe acham; tem ali um magnífico palácio de campo e uma formosa chácara [quinta], com tapada e coutadas extensíssimas.»<sup>13</sup>

Até 1821, trocou correspondência com o pai à média de duas cartas por mês. São palavras íntimas que acabam por ser uma boa fonte de informação sobre a sociedade fluminense. O bibliotecário estava ao serviço da corte. Era muito observador e privava diariamente com o príncipe, descrevendo a sua rotina. D. João levantava-se cedo e manifestava interesse em saber novidades de Portugal. «Sua Alteza Real vê-me todos os dias de manhã, eu tenho a honra de beijar-lhe a Mão, e quando tem vagar e ocasião me pergunta algumas coisas, a que lhe

respondo concisa e claramente, sendo uma de suas perguntas por várias vezes se tenho tido notícias da minha gente?»<sup>14</sup> Marrocos diz que o regresso a Portugal foi, durante muito tempo, um assunto tabu. «Sua Alteza Real não fala nem consente falar nisso», acrescenta em 1814<sup>15</sup>.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal do Brasil. Fundado pelo príncipe regente a 10 de setembro de 1808, saía à quarta-feira e ao sábado. Era considerado o porta-voz do reino. O periódico noticia a partida da corte, após um longo beija-mão: «Embarcou com a sua real família na madrugada de quarta-feira 25 do corrente e, neste dia, aliás de grande gala, por ser o natalício de sua majestade a Rainha Nossa Senhora, tiveram muitas pessoas a honra de beijar a mão a sua majestade, que os felicitou com sinais de sua paternal bondade. No dia 26 do corrente, pelas 6 horas da manhã, começou a nau *D. João VI*, que conduzia a Sua Majestade, a suspender o ferro, e o mesmo fizeram todas as outras embarcações, de que se compunha aquela esquadra; e às 6 e meia, que se fez à vela, salvou a fortaleza da ilha das Cobras, e sucessivamente todas as outras. Um excelente dia, bom vento NE [nordeste], fresco e aturado fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa, em que todos tinham fitos os olhos no Real Estandarte, recordando as eminentes virtudes do soberano, que ficando em nossos corações saudosíssimos, ia felicitar com a sua augusta presença aqueles outros vassallos, que há quase 14 anos suspiraram por ela, deixando-nos o maior penhor do seu afeto na real pessoa de seu muito amado filho, príncipe regente, de cuja prudência, zelo incansável e reta justiça esperamos com segurança a nossa felicidade.»<sup>16</sup>

Ao contrário do êxodo ocorrido em 1807, em que cerca de quinze mil pessoas fizeram a viagem de ida para o Brasil, o retorno para Lisboa envolvia o repatriamento de três a quatro mil passageiros, na sua maioria pessoas da Casa Real e seus familiares, distribuídos por todos os navios. Nos porões seguiam 50 milhões em moeda<sup>17</sup>, diamantes e uma parte das joias do tesouro real.

Além do rei D. João VI e da rainha D. Carlota Joaquina embarcaram o filho, infante D. Miguel, o neto, infante D. Sebastião, as filhas, infantas D. Maria Teresa, D. Isabel Maria, D. Maria da Assunção, D. Ana de Jesus e a princesa D. Maria Francisca Benedita, tia do rei.